



## II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



### **A luta das camponesas-quebradeiras de coco do Médio Mearim**

Mayka Danielle Brito Amaral

Doutora em Geografia Humana. Universidade Federal do Maranhão

[mayka.amaral@ufma.br](mailto:mayka.amaral@ufma.br)

#### **Resumo:**

Este trabalho visa analisar o processo de luta das camponesas-quebradeiras de coco do Médio Mearim, ressaltando as conquistas e desafios a serem superados. Fruto da pesquisa intitulada “Reprodução Social, Territorialização e Luta das Camponesas-quebradeiras de Coco Babaçu do Médio Mearim (MA)”, desenvolvida no curso de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Maranhão (Ccba), trabalhamos com os depoimentos de lideranças importantes da região, na modalidade remota, utilizando a plataforma do google-meet, durante o período da pandemia da Covid-19. Buscamos analisar a constituição da quebradeira de coco, como uma fração da classe camponesa brasileira, que se reproduz a partir da luta pelo livre acesso aos babaçuais e a terra; identificar as principais pautas de lutas e conquistas; e os desafios postos diante dos cercamentos dos babaçuais ainda existentes. As camponesas-quebradeiras destacaram o processo de conscientização acerca dos direitos ao babaçu livre, à terra e ao reconhecimento de si, enquanto protagonistas da sua própria história. Apresentaram as entidades de representação, como a ASSEMA, a AMTR e o MIQCB, a escola família agrícola, a fábrica de sabonete, a cooperativa e a lei do babaçu livre como principais conquistas. E destacaram o envenenamento das pindobas, através do uso do agrotóxico pelos fazendeiros, e a sujeição de muitas quebradeiras, como desafios a serem superados em sua luta. Embora, a lei do babaçu livre tenha sido aprovada em alguns municípios do estado do Maranhão, muitas quebradeiras estão sujeitas aos fazendeiros, sofrendo humilhações e violências. A lei existe, porém não é respeitada e nem reconhecida na maior parte da região dos babaçuais.

**Palavras-chave:** Camponesa-quebradeira de coco; Luta; Babaçu Livre; Terra.



## Introdução

O presente artigo é fruto da pesquisa intitulada “Reprodução Social, Territorialização e Luta das Camponesas-quebradeiras de Coco Babaçu do Médio Mearim (MA)”. No projeto inicial propomos um estudo sobre a reprodução, territorialização e luta das famílias camponesas-quebradeiras de coco, em face da presença de empreendimentos agropecuários na região do Médio Mearim, onde existe uma mobilização e luta histórica em defesa do livre acesso aos babaçuais, como mostra Silva (2018) e Andrade (1990).

A reprodução camponesa tem-se colocado como uma problemática fundamental, tanto para os cientistas, quanto para os próprios sujeitos sociais objetivados em movimentos sociais. Ou seja, é uma problemática que nos desafia a olhar “para dentro” do campesinato, buscar os elementos definidores dessa classe social e as suas práticas e estratégias de reprodução no “universo capitalista” da sociedade atual.

No contexto do desenvolvimento capitalista, no estado do Maranhão a transformação da terra em mercadoria contou com o aparato jurídico-formal criado pelo Governo Sarney, que ficou conhecido como “Lei de Terras Sarney”, a Lei nº. 2.979 de julho de 1969, revogada em 1986 pela Lei 4.225. A partir dessas leis, o Governo possibilitou o acesso de amigos e familiares às terras públicas do estado, facilitando o processo de grilagem de terras e a intensificação dos conflitos (NOBREGA, 2015, p. 77).

Nesse estado, a região do Médio Mearim é uma área de ocupação antiga, que antecede a movimento migratório analisado por Sader (1986). De acordo com Almeida (2017), a origem do campesinato resultou da decadência do sistema monocultor da economia colonial, isto é, da libertação dos escravos, os quais passaram a se dedicar à agricultura fundada no trabalho familiar. Além disso, a migração de camponeses do nordeste, fugindo da seca e dos conflitos, somou à formação do campesinato maranhense.

Durante muito tempo, os camponeses sobreviveram de forma subordinada aos grandes latifundiários, que se dedicavam à pecuária e a extração da renda camponesa por meio dos arrendamentos. Com a transformação da terra em mercadoria, a abertura das estradas e as políticas públicas voltadas para a agropecuária e a mineração, houve o aumento da pressão sobre a classe camponesa. A resposta às diversas opressões sofridas foi através de diferentes estratégias de resistência, como a migração, ressaltada por Sader



## II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



(1986), o enfrentamento direto, a organização e mobilização de entidades de representação, tais como sindicatos, associações e movimentos sociais.

Duas décadas de opressão e de violência no campo, associadas às dificuldades que as famílias expropriadas encontravam para ocupar outras terras em razão do esgotamento das frentes de expansão, motivaram o aparecimento de novas formas de organização camponesa e resultaram numa série de ações coletivas empreendidas por eles. Foi por meio das mobilizações articuladas pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e pelas organizações ligadas à igreja católica e a outras instâncias da sociedade civil que um contingente de famílias recuperou o acesso a posse da terra nas últimas décadas (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 32).

Famílias camponesas que tinham o coco babaçu como fonte de alimentação e renda se viram privados e/ou cativos dos grandes latifundiários. A luta pelo babaçu livre foi uma forma de lutar pela própria sobrevivência. Após muitos conflitos, com o apoio da igreja católica, conseguiram se organizar em torno da demanda da terra e do babaçu, criando entidades representativas como a Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ) e Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco (AMTR), por meio da qual têm buscado valorizar a produção do babaçu da região do Médio Mearim.

Diante das diversas situações de opressão vivenciadas cotidianamente pelas camponesas-quebradeiras de coco, pelas trabalhadoras rurais e pelas mulheres das periferias urbanas, que também quebram o coco, nos estados do Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins, elas iniciaram um trabalho de articulação e discussão para fortalecer a luta com uma maior consciência ambiental e de seus direitos (FASCICULO 2). Como resultado das organizações, mobilizações e lutas políticas, conquistaram a aprovação da “Lei Babaçu Livre”, que vigora em alguns municípios do estado do Pará e Maranhão.

Além disso, como mais uma conquista do MIQCB e de outras cooperativas formadas por famílias de quebradeiras de coco, Rego (2011, p. 60) destaca a incorporação das práticas políticas e econômicas desenvolvidas no âmbito de povoados camponeses- tal como o beneficiamento e a comercialização do óleo de babaçu para a produção de sabonetes e perfumes- por indústrias de cosméticos na Europa e na América do Norte.

Diante desse contexto de conflitos, lutas e conquistas, objetivamos na proposta de pesquisa identificar e analisar as especificidades das camponesas-quebradeiras de coco babaçu na região do Médio Mearim (MA); identificar as principais lutas, conquistas, as



## II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



estratégias de resistência frente aos diferentes processos de dominação e opressão vivenciados.

### **Métodos e procedimentos**

Impossibilitados de promover os encontros presenciais e trabalhos de campo, devido a pandemia da covid 19, a coleta dos dados trabalhados no escopo deste texto foi realizada de forma remota. As reuniões de estudos com a equipe do projeto e as entrevistas com as camponesas-quebradeiras de coco foram realizadas através da plataforma do google-meet. Foram entrevistadas três camponesas-quebradeiras de coco, da região do Médio Mearim.

Os encontros remotos foram destinados às leituras e discussões sobre as principais literaturas, levantadas para a compreensão da problemática de pesquisa.

Portanto, a pesquisa foi desenvolvida a partir de uma perspectiva qualitativa, tendo a pesquisa bibliográfica e entrevista como os principais procedimentos metodológicos.

### **Resultados e discussões:**

A pesquisa que deu origem ao presente texto privilegiou a realidade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu do Médio Mearim, do estado do Maranhão<sup>1</sup>. Partimos do entendimento que elas constituem uma fração do campesinato brasileiro, que se define a partir da relação estabelecida com a terra, o trabalho e a família. Tradicionalmente, os teóricos do campesinato têm definido essa classe social a partir desses três elementos. O trabalho familiar na terra é o que define o campesinato (CHAYANOV, 1974).

No que diz respeito a relação com a terra, a extração e produção do babaçu é uma prática que as permite obter os meios para a sobrevivência e reprodução da família, como enfatizou dona Nazira:

Criei minha família toda foi dessa produção. Mesmo sendo sofrida, sendo complicada, valores não tinha, era muito baixo, mas era dali que nós tirava o pão. E não sei se você estava naquele encontro de Bacabal, onde falei também que essa profissão, isso pra nós quebradeira, nós honra muito e defende a palmeira, porque essa palmeiras pra nós é uma mãe. Qual é a mãe que não tira da boca pra dar pro seus filhos? Então a palmeira é tudo pra nós, porque ela nos dar tudo. A palha, o pau, o estrume, a amêndoa, o carvão, o casco, o entre casca, que a gente faz o mesocarpo. Então da palmeira a gente tem tudo que a gente precisa e tudo isso serve de alimento. Então é por isso a gente dar tanto valor pra

---

<sup>1</sup> Sabemos que, como mostra Almeida (2000), existe uma diversidade de mulheres que quebram coco como meio de sobrevivência. São quebradeiras de coco do campo e da cidade.



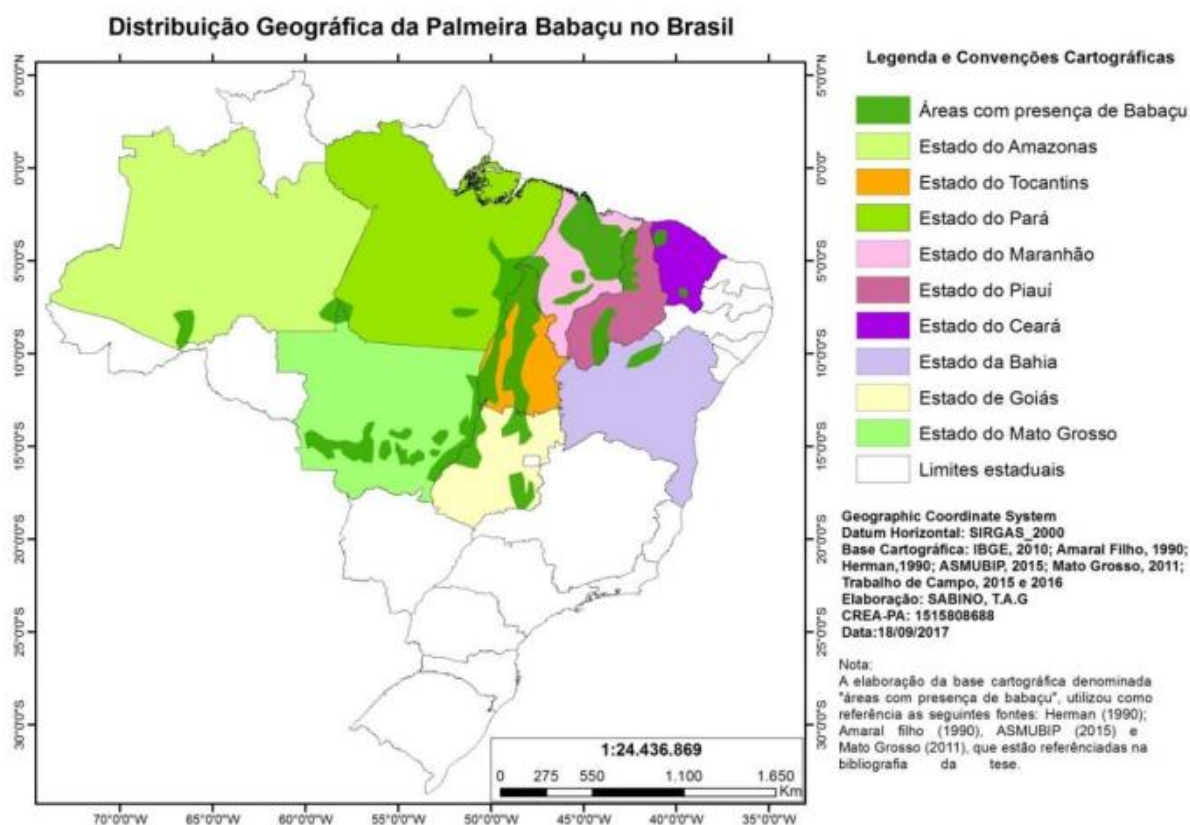
## II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



essa palmeira. Porque ela é pra nós uma grande mãe. E também pra nós pobre, era e foi nossa profissão, nosso trabalho, nosso emprego. Porque se nós não tive esse emprego, ai de nós se não tivesse esse emprego, né? Essa era a produção pra gente (Depoimento da dona Nazira Pereira da Silva)

O depoimento da dona Nazira ressalta a importância do babaçu para a sua família. A palmeira é vista como uma mãe que alimenta os seus filhos, por isso, as quebradeiras honram e a defendem. É uma árvore que permite o reaproveitamento de todas as partes, gerando alimentos e outros produtos, como palha, carvão, estrume e o artesanato. O discurso narrado pelas quebradeiras, de um modo geral, é único quando se trata do valor de uso da palmeira. Ele é reproduzido pelas mulheres em toda a região ecológica dos babaçuais (Mapa 01).

**Mapa 01:**



De acordo com Almeida et. ali (1995), a área de ocorrência dos babaçuais corresponde aproximadamente 18 milhões hectares, e se distribui desde o vale do Parnaíba até o Tocantins-Araguaia. Corresponde a uma área com a presença de comunidades camponesas que se reproduzem historicamente a partir do babaçu, como fica evidente na fala da dona Nazira:



## II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



Pra mim o babaçu e a terra tem uma grande importância porque desde que me entendi foi vivendo essa vida de quebradeira de coco e trabalhadora rural. A minha mãe também. (...) Eu tomava conta, fazia as coisas. Fazia comida e minha mãe tinha que trabalhar para trazer a comida pra casa. Então foi assim a minha vida inteira até quando me casei. Porque mesmo depois que a minha mãe cansou, eu continuei trabalhando na roça com meu padrasto e quebrando coco. Quando eu não tava na roça, eu tava quebrando coco. Então, é por isso que eu dou muito valor a essa produção, porque dessa produção que eu fui criada, meus pais e meus irmãos também (risos). Também meus avós criou minha família, por causa do coco (Depoimento da dona Nazira Pereira da Silva).

Dona Nazira revela que a prática da produção do babaçu passou de geração a geração em sua família. E junto com essa prática, também houve a transmissão de diferentes saberes e valores. O que indica que, para as camponesas-quebradeiras de coco, a importância do babaçu não se restringe tão somente a dimensão econômica, mas também social e cultural. Envolve uma memória afetiva construída ao longo da reprodução social de diferentes gerações.

Na região do Bico do Papagaio, que envolve os estados do Pará, Maranhão e Tocantins, as camponesas-quebradeiras mostraram como essa memória afetiva as impulsionam a continuar lutando pelo babaçu, mesmo quando não podem mais quebrar coco por motivo de saúde. Em casos como esse, passam a atuar em outra frente, como na produção de artesanato, visto em Olho d'Água, no estado do Tocantins, durante pesquisa desenvolvida por Amaral (2017).

As mulheres, camponesas-quebradeiras de coco do Médio Mearim, assim como as da região do Bico do Papagaio, passaram por situações difíceis de conflitos com fazendeiros, para acessarem os babaçuais. Embora tenham desenvolvido uma consciência ecológica, política e de direitos mais recentemente, sempre entenderam que a palmeira de babaçu é um bem natural, e não deve ser privada contra o uso comum. A partir desse entendimento, com as dificuldades impostas historicamente pelos latifundiários, passaram a lutar pelo babaçu livre, pela terra e pelo território.

Lutar pelo território, pela terra e pelo babaçu livre é lutar pela vida, para as camponesas-quebradeiras de coco. Isso fica evidente no entendimento que possuem acerca do território, como podemos notar na fala da dona Maria Alaídes. *“A nossa compreensão como território primeiro, é afeto. Segundo, é um território onde não tem limites, que eu vá nele até onde as minhas pernas alcançam e os meus braços também. Esse é o nosso conceito de quebradeira em território”*<sup>2</sup>

### **A luta das camponesas-quebradeiras de coco**

---

<sup>2</sup> Depoimento de dona Maria Alaídes, quebradeira de coco, da comunidade de Ludovico, em Lago do Junco.



## II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



As dificuldades para a reprodução social das camponesas-quebradeiras de coco começaram cedo, desde a infância, quando seus pais trabalhavam em terras alheias. Eram sem terras, e tinham que produzir e coletar coco babaçu nas terras dos fazendeiros. Para elas, eram verdadeiros escravos, sem direitos.

Essa realidade começou a mudar com o processo de conscientização das mulheres, camponesas-quebradeiras de coco. Embora invisibilizadas pelos seus próprios companheiros, e nos sindicatos controlados pelos homens, camponeses, não cruzaram os braços. Com o apoio da igreja, através dos clubes de mães, conseguiram um espaço social para relatar suas demandas e insatisfações que, antes, eram compartilhadas as escondidas no mato, como relatou dona Nazira: *“Antigamente, até os problemas a gente tinha que discutir dentro dos matos, oculto, porque os latifundiários, as forças dos poderes não podiam saber. Porque eles já perseguiam a gente e se soubesse disso, aí eles eram capazes de matar”*.

O clube de mães foi o primeiro espaço social de conscientização da camponesa-quebradeira de coco. Onde tiveram o apoio de padres, freiras e advogado no processo de conscientização acerca dos seus direitos e de sua invisibilidade no interior dos sindicatos<sup>3</sup>. As mulheres não tinham direito a voz, nem tão pouco poderiam se associar, era um espaço dos homens. Nos clubes de mães conseguiram não apenas ser escutadas, mas também tiveram acesso ao conhecimento de caminhos a serem trilhados para a mudança.

Na época que a gente vivia escravizado, porque era uma escravidão, certo? A gente mesmo se reunindo na igreja, no clube de mãe, só que gente falava das coisas mas não tinha pra onde encaminhar nada, entendeu? A gente só falava, reclamava, mas não podia fazer nada. E aí foram parecendo pessoas da igreja, das paróquias e começaram a fazer reunião pra explicar pra gente que tinha solução. E aí eles foram dando as dicas: “olha vocês tem esse direito, tem mais esse direito e isso vocês podem lutar por eles”. (...) A igreja foi explicando que a gente tinha esse direito porque a gente não sabia, não sabia como começar, como enfrentar. Eles (igreja) foram passando, as pessoas foram despertando, foi discutindo, foi buscando companheiro pra luta e até que chegou uma hora que a gente teve mesmo que enfrentar, porque a situação estava demais. Ou a gente ia pra luta ou a gente ia morrer. Na época que apareceu o advogado chamado Sandro. Ele que começou a fortalecer a igreja e mostrou esse caminho. A igreja começou a nos incentivar, meter coragem e a gente foi começando a pensar. Até que chegou a hora da gente partir pra luta, que foi quando começaram a derrubar as palmeiras, que era a única fonte de renda que nós tinha. Foi aí que a gente se encorajou e partiu pra luta, porque não existia outro caminho. Ou a gente morria na luta ou morria de fome. É por isso que digo que

---

<sup>3</sup> Em Amaral (2023) discutimos como se deu o processo de conscientização das mulheres, camponesas-quebradeiras, na região do Bico do Papagaio, a luta contra o silêncio imposto nos sindicatos e o cercamento dos babaçuais.



## II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



foi dentro da igreja que nasceu essa organização (Dona Nazira Pereira da Silva).

As mulheres, camponesas-quebradeiras, se conscientizaram da necessidade de lutar pelo babaçu livre e pela terra. Não aceitaram a derrubada dos babaçuais pelos fazendeiros, nem tão pouco o silêncio imposto pelo sindicato. Com o apoio do clube de mães, conseguiram organizar suas próprias entidades de representação, através do reconhecimento de si e das outras mulheres como portadoras de direitos. Processo que culminou na criação da identidade quebradeira de coco.

Antes a gente tinha um clube de mães, chamado em cada comunidade de clube de mãe, que a gente sentava em uma comunidade e em outra, pra gente trocar experiência. Só que era em cada comunidade. Mas, a gente queria uma coisa que abrangesse todas as comunidades e que a gente fosse uma única função, uma única entidade. Ai a gente pensou na associação de mulheres trabalhadoras rurais, a AMTR, que é sediada em dois municípios. Na época era um município só, o Lago do Junco, mas hoje ela foi criada em um município chamado Lago dos Rodrigues. E associação é sediada nos dois municípios porque na época nós as quebradeiras morava em Lago do Junco e Lago dos Rodrigues. E a gente criou a associação para facilitar e dar acesso as coisas que a gente sonhava em ter e não podia, que era lutar pelos direitos da mulher, pela saúde e educação dos nossos filhos (Depoimento da Dona Nazira Pereira da Silva).

Dona Nazira narra como se deu o processo de mobilização e conscientização das mulheres e a criação das associações. Deixa claro a preocupação com os direitos da mulher e a importância de lutar pelos direitos, como a saúde e a educação.

Em Amaral (2017 e 2023), discutimos o processo de formação da identidade social das camponesas-quebradeiras de coco, a partir das experiências de conflito vivenciadas historicamente pelas suas famílias; do questionamento do papel assumido pelas mulheres no interior dos sindicatos e do desenvolvimento de uma consciência ecológica e de direitos. Por meio da luta, da mobilização e organização conseguiram “redescobrir a dignidade humana” (SHERER-WARREN, 1993, p. 69).

É o reconhecimento coletivo de um direito que leva a formação de uma identidade social e política. Reconhece-se mutualmente como pertencente a mesma situação de carência e como portador do mesmo direito. As carências tendem a ser definidas em torno das carências múltiplas, tendo em vista a necessidade de constituição (a partir da descoberta) de um indivíduo total (SHERER-WARREN, 1993, p. 69-70)





## II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



Cientes dos seus direitos e da necessidade de lutar para que fossem efetivados, as mulheres, camponesas-quebradeiras de coco, se mobilizaram e criaram as entidades de representação. Dona Maria Alaídes contou que, na década de 1990, as mulheres dos estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, se reunirão num grande encontro para discutir as questões relacionadas aos desafios enfrentados no processo de reprodução social. A partir desse encontro criaram o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

Na região do Médio Mearim, criaram a Associação em Áreas de Assentamento no Estado Maranhão (ASSEMA) e a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais (AMTR). Por meio dessas associações conseguiram criar grupos de trabalhos e cooperativas, buscando valorizar a produção do babaçu, garantindo autonomia e liberdade para as famílias. Criaram projetos que resultaram na criação da fábrica de sabonete, farmácia viva e reciclagem, porém permanecem apenas com a primeira. De acordo com as camponesas-quebradeiras, a juventude não quis assumir os outros projetos, depois que as mulheres mais idosas pararam de trabalhar nessas frentes.

Além da fábrica de sabonete, as camponesas-quebradeiras conseguiram criar as cooperativas capazes de facilitar o processo de circulação da produção do babaçu, quebrando o “poder” dos atravessadores. Também conseguiram criar escolas agrícolas para os seus filhos. As escolas famílias agrícolas foram uma grande conquista, pois nem todas as camponesas-quebradeiras tinham condições de mandar os seus filhos para a cidade, para estudar. É comum ouvir relatos do orgulho das mulheres, em poder oferecer o estudo para os seus filhos.

Na época nossos filhos só tinham direito de estudar até a quarta série. Nós não tínhamos colégio aqui no interior. Escolas só tinha em Bacabal pra frente. Aqueles pais que tinha condição, pagava pra botar seus filhos pra estudar. E nós, trabalhadoras rurais, parava na quarta série porque só tinha até a quarta série. Então com a associação, nós iria lutar pra buscar apoio, recurso em outras áreas e até as vezes de outros países. (...) Hoje nós temos essa escola família sediada em São Manuel, também temos uma escola de segundo grau sediada em Pau Santo, também em Lago do Junco. Hoje temos escola de primeiro e segundo grau, escola família agrícola, que é um trabalho diferenciado das escolas tradicionais. Hoje nós têm educação na nossa região, educação formal e da família, né? E temos as associações que vão em busca de recursos para manter outras necessidades. E através disso hoje nós temos mulheres quebradeira de coco, trabalhadora rural. Já tivemos mulheres daqui da região vereadoras, e mulheres que já foram representar a entidade fora do país (Depoimento de Dona Nazira Pereira da Silva).



## II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



Dona Nazira ressalta com orgulho a conquista das escolas família agrícola, que possibilita o acesso à educação dos filhos das camponesas-quebradeiras. Também destaca que através da organização e luta, conseguiram maior visibilidade, reconhecimento e valorização.

Muito embora tenham conseguido tamanhas conquistas, as camponesas-quebradeiras afirmam, por outro lado, que ainda existem mulheres sujeitas ao poder dos fazendeiros. Ou seja, existem camponesas-quebradeiras sujeitas, que não têm terra para acessar o coco, continuam cruzando as cercas.

De acordo com a dona Maria Alaídes, é possível dividir as quebradeiras de coco em dois grupos. De um lado, estão as que resistem e não têm mais que pedir ao fazendeiro para acessar aos babaçuais; e de outro lado, as que ainda estão sujeitas ao poder dos fazendeiros. Porém, ressalta que embora não enfrentem mais a cerca, têm outros desafios postos pelo latifúndio, qual seja, o envenenamento das pindobas com o uso de agrotóxicos. *“Ontem nós lutávamos contra o machado e o trator, hoje nós lutamos contra o veneno” (e o roço) retirada das pindobas”* (Depoimento de dona Maria Alaídes).

Segundo as camponesas-quebradeiras de coco, atualmente os fazendeiros envenenam as pindobas ou colocam agrotóxico nas palmeiras adultas, que morrem e não nascem mais. Para elas, isso é um verdadeiro crime e desrespeito a Lei do Babaçu Livre, conquistada com muita luta. A Lei do Babaçu Livre, nº 7.824 de 22 de janeiro de 2003, proíbe a derrubada das palmeiras de babaçu. No estado do Maranhão, a lei foi aprovada nos municípios de Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, São Luís Gonzaga e Cidelândia (MA).

A Lei do Babaçu Livre é um instrumento de luta das mulheres, camponesas-quebradeiras de coco. Consiste num documento que dar visibilidade, reconhecimento e valorização da sua existência, colocando-as como protagonistas de seu processo de reprodução social, mesmo que não seja respeitada por muitos latifundiários.

### CONCLUSÕES

Ao longo deste texto buscamos analisar a realidade das camponesas-quebradeiras de coco babaçu, da região do Médio Mearim. Embora, a pandemia da covid-19, tenha dificultado as condições de realização da pesquisa, foi possível coletar algumas informações, que permitiram a realização das reflexões trazidas aqui.

Os depoimentos da Dona Nazira e dona Maria Alaídes revelaram as características das camponesas-quebradeiras de coco babaçu, como uma fração do campesinato brasileiro que se reconheceu a partir da luta pelo livre acesso aos babaçuais e a terra.



## II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



Destacaram o processo de mobilização e desenvolvimento da consciência ecológica e de direitos pelas mulheres, que por muitas gerações se reproduziram de forma subordinada ao poder dos seus companheiros, nas unidades familiares, nos sindicatos, e ao poder dos fazendeiros.

A luta das camponesas-quebradeiras teve grandes conquistas, tais como, a criação das entidades de representação próprias, tornando as mulheres mais autônomas e protagonistas de suas lutas; criação de cooperativa, fábricas de sabonete, escola agrícola e a eleição de uma vereadora. Também conseguiram aprovar a lei do babaçu livre em alguns municípios do estado, como um instrumento de luta. Essa lei é suma importância, pois expressa a resistência dessa fração da classe trabalhadora no campo.

Como diz dona Maria Alaídes, a luta foi contra o machado e o trator, e hoje a luta continua contra o agrotóxico utilizado pelos fazendeiros para envenenar as pindobas. Porém, destacou ainda que existem famílias de camponesas-quebradeiras que se reproduzem de forma subordinada ao poder dos fazendeiros. Isso significa que a autonomia e liberdade não foi alcançada por todas. A luta continua.

### 5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. Berno. **A ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história de agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: Editora Casa8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

\_\_\_\_\_. **Quebradeiras de coco babaçu**: identidade e mobilização. São Luís: III EIQCB, 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno [et ali]. **Economia do Babaçu**: levantamento preliminar de dados. São Luís: Editora MIQCB, BALAIOS TYPHOGRAFIA, 2000.

AMARAL, Mayka Danielle Brito. Contra o silenciamento e em defesa dos babaçuais: a luta das camponesas-quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio. In: SILVA, M. A. P. da.; MIRANDA, R. R.; AMARAL, M. D. B. [et ali]. **Por outras regiões, por outras Amazônias**: cidades, geopolítica da mineração e lutas pelo território. São Paulo: FFLCH/USP, PROLAN/USP, UNIFESSPA, PPGEU/UFPA, LERASSAP, 2023.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária e reconhecimento: o caminho da autonomia e liberdade das camponesas-quebradeiras de coco da região do Bico do Papagaio**. 2017. 382 f.



## II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras, e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ANDRADE, Maristela de Paula. **Terra de índio**: terras de uso comum e resistência camponesa. São Paulo, 1990. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/SP.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

NÓBREGA, Mariana Leal Conceição. **Enfrentando a Sucuri Verde**: resistência camponesa na Amazônia e o território de uso comum – o caso das comunidades agroextrativistas na Amazônia Maranhense. Campinas, SP, 2015.

SADER, M. R. C. de T. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. 1986. 242 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.